UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

LARISSA CAMPOS DE OLIVEIRA SOARES

**Direito e tecnologia: o enquadramento jurídico dos trabalhadores das
plataformas digitais**

São Paulo

2020

LARISSA CAMPOS DE OLIVEIRA SOARES

**Direito e tecnologia: o enquadramento jurídico dos trabalhadores das
plataformas digitais**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Professor Associado Dr. Estêvão Mallet, para a obtenção do título de Mestre em Direito.

São Paulo
2020

À Leozinho, à Cecília e ao mais novo bebê que carrego no meu ventre, que estiveram ao meu lado ao longo dos estudos de mestrado e me deram forças para seguir adiante.

AGRADECIMENTOS

A elaboração da dissertação de mestrado representou muito mais que a pesquisa acadêmica, com o enfrentamento de vários dilemas pessoais, profissionais e acadêmicos, incluindo três gestações, mudanças, licenças médicas, casamento e uma pandemia. Esse desafio, contudo, não foi superado unicamente por mim, mas por todos que estiveram do meu lado me apoiando e me dando forças para continuar.

Agradeço ao meu marido, Vinicius Maranhão, por toda a paciência, companheirismo e por relevar todos os finais de semana, férias e momentos de lazer que tiveram que ser deixados de lado para a concretização do presente estudo.

Agradeço aos meus filhos, por serem minha força e minha razão de continuar a persistir, mesmo quando o esgotamento físico e emocional parecia insuperável.

Agradeço aos meus pais e minha irmã, por me auxiliarem nos cuidados com Cecília, e comigo, na reta final do mestrado, trazendo vida ao provérbio de que “É preciso uma aldeia para se educar uma criança”.

Ao Dr. Estêvão Mallet, contínua fonte de inspiração e admiração por todos que o cercam e têm a oportunidade de trabalhar ao seu lado, agradeço pela confiança em meu trabalho e na minha capacidade de enfrentar tema tão árido na dissertação de mestrado.

À Rosana, por todo o suporte durante a execução e finalização do mestrado. O resultado desse trabalho também é fruto do seu apoio e carinho!

Aos colegas do Mallet Advogados Associados, por me darem força e apoio na conciliação da vida acadêmica e profissional.

Por fim, agradeço à Melzinha, minha fiel companheira desde o início do mestrado, sempre ao meu lado, ou aos meus pés, dando-me forças para continuar com sua presença e o seu amor canino.

*“O júri nesse caso receberá uma tampa quadrada e terá de escolher em qual das duas
panelas redondas tentará encaixá-la.”*

Juiz Vince Chhabria
Cotter et al. v. Lyft Inc., United States District Court, Northern District of California, Order of March 11,
2015 Denying Cross-Motion for Summary Judgment
(Case No. 13-cv-04065-VC).

RESUMO

O contínuo desenvolvimento da tecnologia tem gerado mudanças significativas nas relações de trabalho. O presente estudo tem como objetivo relacionar as novas formas de prestação de serviços criadas pela economia do compartilhamento com classificação jurídica dos trabalhadores que utilizam as plataformas digitais para a realização de atividades remuneradas. Assim, buscou-se evidenciar o real enquadramento jurídico dos novos trabalhadores da era digital: se são realmente trabalhadores autônomos ou se devem ser considerados empregados. A nova forma de organização do trabalho é analisada mediante exame dos termos e condições de algumas das principais plataformas digitais com atuação no Brasil, pela análise da jurisprudência nacional e estrangeira e pela análise da doutrina sobre a subordinação jurídica e seus modernos desdobramentos. Ao longo do estudo, curiosamente, verificou-se que a literatura jurídica brasileira, em grande medida, tem adotado o posicionamento de que a relação jurídica existente entre as plataformas digitais e os trabalhadores seria a relação de emprego, seja por meio de obras recentemente publicadas, seja por meio de trabalhos acadêmicos. A jurisprudência brasileira, de forma diametralmente oposta, tem demonstrado a tendência em classificar a relação jurídica existente entre as plataformas digitais e os trabalhadores como uma relação de trabalho autônomo. Diante do cenário nitidamente contraditório, optou-se por investigar os fundamentos utilizados pela doutrina e jurisprudência para a análise da relação jurídica existente entre os trabalhadores e as plataformas digitais, para, na sequência, realizar uma análise sobre a aplicabilidade ou não da legislação trabalhista a esses trabalhadores. Como conclusão, vislumbrou-se que a legislação trabalhista, em seus moldes atuais, não se compatibiliza com o modelo flexível de organização do trabalho decorrente dos novos métodos de trabalho adotados pelas plataformas digitais. Considerando a autonomia dos trabalhadores de plataformas digitais quanto à definição de quando, por quanto tempo e em que frequência trabalhar, a alteração legislativa para a regulamentação específica dos direitos desse novo trabalhador seria a melhor saída para a garantia de um nível de proteção mínimo. Desse modo, o presente estudo é finalizado com uma investigação das possíveis formas alternativas e/ou intermediárias de classificação dos trabalhadores das plataformas digitais.

Palavras-chave: Direito do Trabalho; Trabalho e Tecnologia; Trabalho intermediado por plataformas digitais; Proteção jurídica do trabalhador

ABSTRACT

The continuous development of technology has generated significant changes in work relationships. This study aims to relate the new forms of work created by the sharing economy with the legal classification of workers who use digital platforms to carry out paid activities. Thus, is sought to highlight the legal framework of new workers in the digital era: whether they are really self-employed workers or whether they should be considered employees. The new forms of work organization is analyzed by examining the terms and conditions of some of the main digital platforms operating in Brazil, by analyzing national and foreign caselaw and by analyzing the doctrine on legal subordination and its modern developments. Throughout the study, interestingly, it was found that the Brazilian legal literature, to a large extent, has adopted the position that the existing legal relationship between digital platforms and workers would be the considered a employment relationship, either through recently published works, either through academic work. Brazilian jurisprudence, in a diametrically opposite way, has shown the tendency to classify the existing legal relationship between digital platforms and workers as an autonomous working relationship. In view of this clearly contradictory scenario, it was investigated the grounds used by the doctrine and jurisprudence for the analysis of the existing legal relationship between workers and digital platforms, in order to subsequently carry out an analysis on the applicability or not of labor legislation to these workers. In conclusion, it was seen that labor law, in its current form, is not compatible with the flexible model of work organization resulting from the new methods of work adopted by digital platforms. Considering the autonomy of workers on digital platforms regarding the definition of when, for how long and on what frequency to work, the creation of a legal framework for this new kind of work would be the best way to guarantee a minimum level of protection. Therefore, the present study is finalized with an investigation of possible alternative and/or intermediate forms of classifying workers on digital platforms.

Keywords: Labor Law; Labor and Tecnology; Work intermediated by digital platforms; Legal protection of the worker

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Requisitos cadastramento Uber	52
Figura 2 - Como começar a trabalhar com a Uber	52
Figura 3 - Cadastramento Loggi	59
Figura 4 - Cadastramento Parafuzo	63
Figura 5 - Exemplo de contratação de serviço de limpeza na Parafuzo	65
Figura 6 - Medalha de Super-Herói DogHero	73
Figura 7 – O que é o GetNinjas	78
Figura 8 - Como funciona o GetNinjas para o trabalhador	79
Figura 9 - Oferta de trabalho GetNinjas	79

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. AS NOVAS TECNOLOGIAS E O TRABALHO HUMANO.....	13
2.1. A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NA SOCIEDADE E NO MUNDO DO TRABALHO.....	13
2.2. A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E O TRABALHO SOB DEMANDA.	17
2.3. O DILEMA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRABALHADORES EM PLATAFORMAS DIGITAIS.	20
3. CONTRATO DE TRABALHO, RELAÇÃO DE EMPREGO E SUBORDINAÇÃO JURÍDICA.	23
3.1. CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO.	23
3.2. ELEMENTOS CARACTERIZADORES DA RELAÇÃO DE EMPREGO.	24
3.3. A SUBORDINAÇÃO COMO ELEMENTO PRIMORDIAL DA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	27
3.4. A SUBORDINAÇÃO JURÍDICA E A EXTERIORIZAÇÃO DO PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR.	30
3.5. A SUBORDINAÇÃO JURÍDICA APLICADA NAS NOVAS DINÂMICAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32
3.5.1. TELETRABALHO OU TRABALHO À DISTÂNCIA.....	32
3.5.2. TRABALHO INTERMITENTE.....	33
3.6. A SUBORDINAÇÃO RELATIVIZADA: A PARASSUBORDINAÇÃO COMO FIGURA INTERMEDIÁRIA ENTRE AUTÔNOMO E EMPREGADO.	36
3.7. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A RELEITURA DO CONCEITO DE SUBORDINAÇÃO.....	40
3.8. A INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DA SUBORDINAÇÃO JURÍDICA LEVADA AO EXTREMO: SUBORDINAÇÃO ESTRUTURAL OU INTEGRATIVA.....	42
3.9. O CONCEITO CLÁSSICO DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA COMO ELEMENTO INSUFICIENTE PARA A ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DO TRABALHADOR DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.	45
4. ESTUDO DE CASO: PLATAFORMAS DIGITAIS.	47
4.1. OS DIFERENTES TIPOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS: DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.	47
4.2. TERMOS DE USO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.....	49
4.2.1. TERMOS DE USO UBER	49
4.2.2. TERMOS DE USO LOGGI	56
4.2.3. TERMOS DE USO PARAFUZO	62
4.2.4. TERMOS DE USO DOGHERO.....	69
4.2.5. TERMOS DE USO GETNINJAS	76
4.3. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FORMA DE ATUAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS.	81
5. O TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS, A DOCTRINA E A JURISPRUDÊNCIA.	87
5.1. A TESE DA SUBORDINAÇÃO POR ALGORITMO OU ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO POR COMANDOS OU PROGRAMAÇÃO.....	87
5.2. VÍNCULO DE EMPREGO EM PLATAFORMAS DIGITAIS – JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA.....	91
5.2.1. DECISÕES EM RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS INDIVIDUAIS.....	92
5.2.2. RECLAMATÓRIAS INDIVIDUAIS ANALISADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.	107
5.2.3. CONFLITO DE COMPETÊNCIA ANALISADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)	109
5.2.4. AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AJUIZADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	109
5.2.5. CONCLUSÃO	119
5.3. VÍNCULO DE EMPREGO EM PLATAFORMAS DIGITAIS – JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRA.	120
5.3.1. REINO UNIDO	120
5.3.2. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	126
5.3.3. FRANÇA	132

5.4. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA	135
<u>6. A CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRABALHADORES EM PLATAFORMAS DIGITAIS.</u>	<u>140</u>
6.1. TRABALHADOR AUTÔNOMO OU EMPREGADO? O DILEMA DA CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA DOS TRABALHADORES EM PLATAFORMAS DIGITAIS.	140
6.2. NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA PARA A PROTEÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO SÉCULO XXI.....	145
6.3. NORMAS APLICÁVEIS AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS EM PLATAFORMAS DIGITAIS.	154
<u>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.</u>	<u>159</u>
<u>8. BIBLIOGRAFIA.....</u>	<u>162</u>

1. INTRODUÇÃO

A internet e a tecnologia da informação têm se tornado cada vez mais presentes na vida de todos. As formas de comprar e vender objetos, as formas de utilização do tempo, as formas de deslocamento, as formas de comunicação, as formas de envolvimento com a comunidade e até mesmo as formas de relações pessoais têm sido constantemente influenciadas pelos avanços tecnológicos. Esse novo estilo de vida e modelo de negócios tem sido referido pela alcunha de “economia do compartilhamento”^{1,2} utilizada para descrever plataformas de *software* que conectam compradores e vendedores, locadores com locatários, motoristas com clientes/usuários, entre outros. A economia do compartilhamento tem, em sua base, o intuito de superação da lógica de consumo de massa e busca privilegiar iniciativas como sustentabilidade e uso racional dos bens, com a utilização da tecnologia da informação para a redistribuição, compartilhamento e aproveitamento das capacidades excedentes de bens e serviços.

Práticas como o *couchsurfing* (se hospedar na casa de outras pessoas); serviços como a locação temporária de camas, quartos ou casas; os espaços de *coworking* (onde diversas pessoas sem relações profissionais entre si trabalham usando os mesmos recursos), serviços de

1 “(...) a economia compartilhada distingue-se pelo aproveitamento do excesso de capacidade e funcionalidade de bens duráveis, assim como pelo uso de meios tecnológicos que facilitam e aprimoram a qualidade e eficiência de produtos e serviços. Podem-se notar quatro características básicas: o compartilhamento de bens ociosos; o uso avançado da internet e de redes móveis; o comprometimento com os clientes através das redes sociais; e o “ranqueamento” dos serviços, que oferece maior proteção e segurança ao usuário e, consequentemente, minimiza os efeitos perversos decorrentes da assimetria de informação existente entre vendedores e compradores, falha de mercado que acaba sempre por prejudicar os últimos, que possuem menos dados acerca do produto negociado. Devido a tais características, esta nova economia diferencia-se em grande medida do capitalismo tradicional, que tinha como sua grande mola propulsora o ato de possuir e de acumular a maior quantidade possível de bens”. MENDES, Francisco Schertel; CEROY, Frederico Meinberg. **Economia compartilhada e a Política Nacional de Mobilidade Urbana: uma proposta de marco legal**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Novembro 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td185>. Acesso em 01.07.2018.

2 Para uma análise crítica à expressão “economia do compartilhamento”, conferir: “Existe uma contradição em torno do nome “Economia do Compartilhamento” (sharing economy). Nós pensamos no compartilhar como uma interação social, entre iguais, sem caráter comercial. O conceito de “compartilhamento” sugere trocas que não envolvem dinheiro, ou que são ao menos motivadas por generosidade, pelo desejo de dar ou de ajudar. “Economia” sugere trocas de mercado – a autocentrada troca de dinheiro por bens ou serviços. Já houve muito debate sobre se “Economia do Compartilhamento” é o nome correto a se usar para descrever a nova onda de negócios, e um bocado de outros nomes foram aventados: consumo colaborativo (collaborative consumption), economia em rede (mesh economy), plataformas igual-para-igual (peer-to-peer platforms), economia dos bicos (gig economy), economia da viração, serviços de concierge, ou – um termo cada vez mais usado – economia sob demanda (on-demand economy). Não há dúvida de que a palavra “compartilhamento” foi esticada para além dos limites razoáveis à medida que a “economia do compartilhamento” cresceu e se transformou, mas ainda precisamos de um nome para falar sobre o fenômeno. Embora possa não durar mais que um ano ou dois, “economia do compartilhamento” é a expressão em voga agora.” SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizante**. Editora Elefante, 2017. Edição do Kindle. Sem paginação.

aluguéis (de roupas e bolsas, por exemplo), serviços de *car sharing* ou *car riding* (com aplicativos que oferecem corridas, em substituição aos tradicionais taxis), estão inseridos nesta nova forma de interação social e econômica. Este também é o caso *crowdwork*³, uma nova forma de organizar a distribuição de pequenas tarefas a um grande grupo de trabalhadores online (*crowdworkers*), por meio de uma plataforma de internet (*crowdsourcing platform*).

A economia do compartilhamento tem ocasionado um verdadeiro **efeito disruptivo**⁴ na sociedade, permitindo que qualquer pessoa possa obter recursos de bens subutilizados, além de fornecer novas oportunidades de atuação autônoma. Apesar de estar inserida em um contexto de ações coletivas das comunidades para as trocas de bens e serviços, significativa parcela das empresas que pregam a filosofia do compartilhamento, se tratam, na verdade, de grandes corporações com interesse de geração de lucros aos seus investidores, sendo referidas como pertencentes à chamada *gig economy*⁵.

A expressão *gig*, no seu significado informal, representa, originalmente, pequenos “bicos” realizados por músicos: *1. a job, esp a single booking for a musician, comedian, etc, to perform at a concert or club* (um trabalho, em especial uma oferta única para que um músico, comediante, etc, apresente-se em um show ou clube)⁶, sendo a *gig economy* descrita como uma espécie de “economia dos bicos”, “*freelas*”, ou microtarefas, executados por trabalhadores em plataformas digitais sem a existência de uma relação formal de emprego. A “*gig economy*”, com efeito, é comumente associada à precarização das condições de trabalho: “(...) a “economia de compartilhamento” tem sido identificada como uma intensificação da “*gig economy*”, na medida em que as pessoas passaram a suspeitar da forma como a palavra

3 HOWE, Jeff. The Rise of Crowdsourcing. **Wired Magazine**, 01.06.2006. Endereço eletrônico: <https://www.wired.com/2006/06/crowds/>. Acesso em 04.05.2020. Conferir, ainda: “Jeff Howe cunhou a palavra 'Crowdsourcing' em um artigo de 2006 da revista Wired para descrever a maneira pela qual a Internet alterou as relações tradicionais entre empregadores e empregados (...). Poucas semanas antes do artigo chegar às bancas, uma pesquisa no Google pela palavra 'Crowdsourcing' retornou zero resultado. Um mês após a publicação do artigo, a mesma pesquisa retornou quase 500.000 ocorrências”. HOWE, Jeff. **Crowdsourcing: How the Power of the Crowd is Driving the Future of Business**. Editora Random House Business, 2009. Edição do Kindle. Sem paginação.

4 O conceito de inovação disruptiva foi cunhado por Clayton Christensen, professor de administração na Harvard Business School (HBS), baseado nas ideias de Joseph Schumpeter. Para maior aprofundamento: CHRISTENSEN, Clayton M. **The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail**. Boston, MA: Harvard Business School Press, 1997.

5 Em relação à “*gig economy*”, conferir: “Gig economy is an environment in which temporary positions are common and organizations contract with independent workers for short-term engagements” Tradução livre: “a “*gig economy*” é um ambiente no qual vagas de trabalho temporárias são comuns, sendo que as organizações contratam trabalhadores independentes para trabalhos de curto período de tempo”. Disponível em: <http://whatis.techtarget.com/definition/gig-economy>. Acesso em: 26.08.2016.

6 Nesse sentido, conferir Collins Dictionary: <http://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/gig>. Acesso em: 26.08.2019.

“compartilhamento” vinha sendo utilizada para mascarar trabalho precário, parcial e temporário” (ROSENBLAT, 2018, n.p.).⁷

Essa nova vertente da economia tem gerado, além de novas formas de interação social e comercial, novas formas de trabalho, de remuneração e de estruturação empresarial. No que se refere às **formas de trabalho**, vislumbram-se alterações substanciais no conceito de poder diretivo da empresa e subordinação do trabalhador, e mesmo alteração na relação empresa/trabalhador, haja vista que as empresas de tecnologia representam intermediários para o contato entre o trabalhador (prestador de serviços) e o usuário (tomador de serviços) de uma plataforma virtual. Nesse sentido, a inovação da forma de trabalho advinda das alterações geradas pela economia do compartilhamento representa uma mudança nos paradigmas do direito do trabalho. Daí exsurge a necessidade de se compreender e classificar o trabalho nesta nova fronteira tecnológica.

As novas formas de trabalho decorrentes da tecnologia, em um primeiro momento, não parecem se enquadrar na classificação clássica de trabalho subordinado ou trabalho autônomo, localizando-se na tão controversa zona cinzenta entre a relação de emprego e a relação de trabalho.⁸ Diante desse cenário, o objetivo do presente estudo é realizar uma análise dos aspectos trabalhistas de um fenômeno emergente: o trabalho humano realizado por meio de plataformas digitais. A questão central que parece se colocar é a seguinte: **as plataformas digitais representam uma revolução (positiva) na forma de trabalhar ou são um retorno ao mundo pré-revolução industrial? Isto é, há ou não inovação no modelo adotado pelas plataformas?** Trata-se de um retorno ao passado, transvestido de novo nome? Ou realmente há uma alteração na forma com que o trabalho é executado? Embora haja vasta evidência de que a forma inovadora do uso de tecnologia das plataformas digitais permita que trabalhadores realizem suas atividades de forma autônoma, como verdadeiros empresários, diante da vasta heterogeneidade das plataformas digitais, a realidade é inevitavelmente mais complexa.⁹ É sobre esse panorama que as investigações do presente estudo foram realizadas.

7 “Increasingly, the “sharing economy” has been identified as an intensification of the “gig economy,” as people have become suspicious of the way that words like sharing euphemistically describe precarious, part-time, and piecework employment.” (tradução nossa). ROSENBLAT, Alex. **Uberland: how algorithms are rewriting the rules of work**. University of California Press, 2018. Edição do Kindle (não paginado).

8 VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro. **Relação de Emprego: Estrutura Legal e Supostos**. 2ª Edição. São Paulo: Editora LTr, 1999. P. 488.

9 Nesse sentido, conferir: PRASSL, Jeremias. **Humans as a Service: The Promise and Perils of Work in the Gig Economy** (English Edition). OUP Oxford, 2018. Edição do Kindle.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os trabalhadores em plataformas digitais ora se aproximam dos empregados, ora se aproximam dos autônomos, estando em um limbo jurídico que merece detida apreciação e estudo da doutrina trabalhista. Classificar os trabalhadores em plataformas digitais, de maneira simplista, como empregados, é praticar uma “cegueira deliberada” sobre as marcantes diferenças desse trabalhador do empregado celetista. Fundamentos econômicos e sociológicos sobre a exploração desses trabalhadores pelas grandes corporações que algumas plataformas digitais se tornaram têm validade apenas no seu campo teórico específico, não no campo do direito do trabalho, que deve se voltar pela **análise das leis e princípios vigentes, de acordo com a realidade da prestação de serviços**. Classificar os trabalhadores de plataformas digitais como empregados, dessa forma, seria um erro técnico que não poderia – e nem vem sendo – tolerado pelos tribunais trabalhistas.

Deve-se basear a análise da classificação jurídica dos trabalhadores em plataformas digitais na realidade dos fatos e na correspondente subsunção legal, e não em ideologia ou sociologia. Não é possível ultrapassar o texto legal em uma interpretação que não está em consonância com o sentido expresso da lei. Nesse aspecto, independentemente de qualquer ideologia adotada pelo julgador, jamais se pode perder de vista que a Constituição Federal, em seu preâmbulo, traz expressamente a ideia de um Estado Democrático de Direito. E ela prevê, em seu artigo 5º, inciso II, que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. É como afirma Lênio Streck (2018): “**desejos e subjetivismos não podem substituir a lei**. Juiz não pode ignorar a lei com base em princípios que ele mesmo inventou ou, ainda, mediante o uso de uma inexistente ponderação de princípios” (grifo nosso) ²⁷⁹. Enfim, a interpretação não pode ultrapassar ou modificar o texto legal, o que apenas poderá ser realizado por meio de inovação legislativa.

Além do mais, deve-se evitar a **demonização da economia compartilhada**. Segundo Arun Sundararajan (2018, p. 186), “nossas descobertas sugerem fortemente que a economia compartilhada tem um enorme potencial de abordar algumas das diferenças econômicas na economia contemporânea, democratizando o acesso a um padrão de vida melhor por meio do crescimento – e não da supressão – dos mercados”²⁸⁰. Ainda segundo Arun

279 STRECK, Lênio Luiz. **STJ erra ao permitir penhora de salário contra expressa vedação legal**. In <https://www.conjur.com.br/2018-jan-04/senso-incomum-stj-erra-permitir-penhora-salario-expressa-vedacao-legal..> Acesso em 28.05.2018.

280 SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão**. Tradução André Botelho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018. P. 186.

Sundararajan (2018, p. 27), as novas formas de trabalho decorrentes das plataformas digitais não representam uma verdadeira revolução nas técnicas de trabalho, pois, “além da era industrial representar apenas um piscar de olhos na história humana, outras formas de troca, comércio e emprego atualmente associadas à economia compartilhada não são nenhuma novidade”²⁸¹:

“Uma análise rápida da evolução da atividade econômica sugere que, antes da Revolução Industrial, uma parte considerável das trocas econômicas acontecia entre indivíduos (peer-to-peer) dentro de uma comunidade e entrelaçados de diversas formas por suas relações sociais (...) É fácil entender que hospedar visitantes de outras cidades, compartilhar refeições com eles, dar uma carona ou pedir um empréstimo a uma pessoa são relações humanas que não têm nada de novo. Empreender comercialmente, realizar determinada atividade ou criar produtos manualmente em pequena escala tampouco têm novidade alguma”.²⁸²

Não custa lembrar que ao mesmo tempo que estamos inseridos em um contexto em que a tecnologia passa a dominar as relações sociais, econômicas e culturais, esse período histórico é apenas um pequeno ponto na história.²⁸³ Assim nos encontramos: **entre a rapidez do desenvolvimento tecnológico exponencial e a pequenez desse período ao longo da evolução terrestre.**

De todo modo, não custa sublinhar que embora o compartilhamento, o emprego autônomo e as trocas entre pessoas já existissem anteriormente à revolução industrial, o incremento inevitável da economia de compartilhamento é que as trocas atualmente têm adoção generalizada muito mais rápida, além de ter um impacto econômico muito maior, considerando que “essas novas formas de fazer coisas que nos são familiares são apoiadas por tecnologias que ampliam nossa comunidade econômica, indo muito além do círculo de amigos e familiares que vivem nas proximidades, incluindo outros grupos de pessoas escrutinadas digitalmente na população em geral”²⁸⁴.

Ao final, é possível concluir que, em geral, as plataformas digitais representam

²⁸¹ *Ibid.* P. 26.

²⁸² *Ibid.* P. 25/26.

²⁸³ “(...) quando levamos em consideração a origem da vida, encontramos-nos frente a uma escla de tempo tal que torna todo o curso da vida humana semelhante a um piscar de olhos... Talvez seja melhor comparar a idade da Terra à duração de uma semana. Usando essa escala de tempo, a idade do universo, partindo do big bang inicial, seria de aproximadamente duas ou três semanas. Os mais antigos fósseis macroscópicos (do início do período Cambriano) teriam apenas um dia de vida. O homem moderno teria aparecido nos últimos dez segundos e a agricultura nos últimos dois segundos. Ulisses teria vivido apenas meio segundo atrás. (...) Nessa longa trajetória da evolução terrestre e da história humana, a fase que convencionalmente fazemos corresponder à sociedade industrial – de meados do século XVIII a meados do século XX – é muito mais curta que todos as fases históricas precedentes, aquelas caracterizadas vez por outra pela caça, o pastoreio, o trabalho agrícola e a grande transformação mercantil”. DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio. Editora da Unb, 1999. P. 71.

²⁸⁴ SUNDARARAJAN, Arun. **Ob. Cit.** P. 27.

uma revolução positiva na forma de trabalho, permitindo que os trabalhadores realizem suas atividades de forma autônoma, possibilitando novas formas de percepção de remuneração sem as amarras da típica relação de emprego. Contudo, a fim de que se evite a precarização dessas novas formas de trabalho, é preciso que os trabalhadores sejam amparados tanto pela legislação já existente (como a necessidade de respeito às liberdades civis, proteção social, segurança do trabalho e direito de associação), como a novas formas de regulamentação do trabalho, citando-se, por exemplo, a criação de limites máximos de horas de trabalho e garantias de nível mínimo de renda.

Em corolário do presente estudo, a interessantíssima reflexão de João Leal Amado se aplica perfeitamente ao caso dos trabalhadores em plataformas digitais, encerrando a reflexão sobre a necessidade de proteção jurídica aos trabalhadores das plataformas digitais:

Boa parte da polémica em torno do termo “flexibilidade” reside (...) na polissemia do mesmo, na diversidade de acepções - nem todas positivas - que comporta. Ninguém quer, julga-se, um Direito do Trabalho rígido e áspero. Mas alguns aspiram, parece, a um Direito do Trabalho mole e condescendente. Alguns suspiram mesmo por um Direito do Trabalho frouxo. Alguns, dir-se-ia, falam em flexibilização, mas pensam em genuflexão... **Ora, a nosso ver, um Direito do Trabalho renovado e flexível jamais poderá deixar de ser um Direito do Trabalho robusto e vigoroso.** ²⁸⁵

285 AMADO, João Leal. Perspectivas do direito do trabalho: um ramo em crise identitária? **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 47, Campinas, 2015. Pag. 186. Disponível em: https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/fields/colecoesdotribunal_v/revista-do-tribunal-eletronica/2015/r-47-2015.pdf. Acesso em 28.04.2020.

8. BIBLIOGRAFIA.

ADAMS, Abi; Freedland, Mark R. and PRASSL, Jeremias. **The 'Zero-Hours Contract': Regulating Casual Work, or Legitimizing Precarity?**. Londres, Oxford Legal Studies, Research Paper No. 11/2015, 1º fevereiro de 2015. Endereço eletrônico: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2507693>. Acesso em 25.08.2016.

ALOISI, Antonio. **Commoditized Workers. Case Study Research on Labour Law Issues Arising from a Set of 'On-Demand/Gig Economy' Platforms**. Endereço eletrônico: <<http://ssrn.com/abstract=2637485> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2637485>>. Acesso em 25.08.2016.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. O teletrabalho e a subordinação estrutural. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3848, 13 jan. 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/26377>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

ALVES, Amauri Cesar. **Novo Contrato de Emprego: Parassubordinação Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2005.

ALVES, Amauri Cesar. **Direitos trabalhistas mínimos além da relação de emprego: efetivação do princípio constitucional da valorização social do trabalho**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, SP, v. 79, n. 2, p. 53-69, abr./jun. 2014

AMADO, João Leal. **A lei portuguesa sobre o TVDE e o contrato de trabalho: sujeitos, relações e presunções**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, n. 55, Campinas, 2019. Pag. 208. Disponível em: https://trt15.jus.br/sites/portal/files/fields/colecoesdotribunal_v/revista-do-tribunal-eletronica/2019/r-55-2019.pdf. Acesso em 28.04.2020.

_____. **Perspectivas do direito do trabalho: um ramo em crise identitária?** **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 47, Campinas, 2015. Pag. 186. Disponível em: https://trt15.jus.br/sites/portal/files/fields/colecoesdotribunal_v/revista-do-tribunal-eletronica/2015/r-47-2015.pdf. Acesso em 28.04.2020.

AMANTHÉA, Dennis Veloso. **A Evolução da Teoria da Parassubordinação**. São Paulo: LTr, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. v. 1.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 14ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARAÚJO, Wanessa Mendes de. **A intermediação do trabalho humano por meio de tecnologias algorítmicas e a necessidade de proteção do trabalhador: os desafios de adequação do corpus jurídico-trabalhista às novas modalidades de exploração do trabalho na era digital (dissertação de mestrado)**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019

BARBOSA JUNIOR, Francisco de Assis. **Gig economy e o contrato de emprego: a aplicabilidade da legislação trabalhista aos vínculo de trabalho da nova economia**. São Paulo: LTr, 2019.

BARROS, Alice Monteiro de. **Flexibilização e garantias mínimas**. Revista Trabalho & Doutrina, 1999.

_____. **Curso de Direito do Trabalho**. 5ª Edição. São Paulo: Editora LTr, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BERG, Janine. **Income Security in the On-Demand Economy: Findings and Policy Lessons from a Survey of Crowdworkers**. Comparative Labor Law & Policy Journal, Vol. 37, No. 3, 2016. 1º de março de 2016). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2740940>>. Acesso em 20.08.2016.

BRASIL, Natália Marques Abramides. **Relações de trabalho em plataformas digitais: desafios ao modelo tradicional do Direito do Trabalho**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2018.

BRASIL. Exposição de Motivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1943 BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Lei 5.452**, de 1º de maio de 1943.

CARDOSO, Bruno. FIRMINO, Rodrigo. A uberização da Uber. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Endereço eletrônico: <https://diplomatique.org.br/a-uberizacao-da-uber/>, Acesso em: 14.07.2018.

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. 31. ed. atual. por Eduardo Carrion. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: A Sociedade Em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHERRY, Miriam A. **Beyond Misclassification: The Digital Transformation of Work**. Comparative Labor Law & Policy Journal, Forthcoming; Saint Louis U. Legal Studies Research Paper No. 2016-2. 18 de fevereiro de 2016). Endereço eletrônico: <SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2734288>>. Acesso em 20.08.2016.

CHRISTENSEN, Clayton M. **The Innovator's Dilemma: When New Technologies Cause Great Firms to Fail**. Boston, MA: Harvard Business School Press, 1997.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio. Editora da Unb, 1999. P. 71.

DELGADO, Gabriela Neves. **O direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução**. São Paulo: LTr, 2008. 3ª Tiragem. Pág. 29

_____. **Curso de Direito do Trabalho**. 17ª. Edição. São Paulo: LTr, 2018.

_____. **Direitos Fundamentais na Relação de Trabalho**. Revista de Direito do Trabalho. 123. 2007. Endereço eletrônico: <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/40>. Acesso em 22.07.2018

_____. **O poder empregatício**. São Paulo: LTr, 2008.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Saúde e segurança no trabalho: o meio ambiente do trabalho e a responsabilidade civil patronal. In: THOME, Candy Florencio; SCHWARZ, Rodrigo Garcia (Org.). **Direito individual do trabalho: curso de revisão e atualização**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FELICIANO, Guilherme Guimarães; MISKULIN, Ana Paula Silva Campos. **Infoproletários e a uberização do trabalho: direito e justiça em um novo horizonte de possibilidades**. São Paulo, LTr, 2019.

FERREIRA, Letícia Mara Pinto. **A parassubordinação e as metamorfoses do direito do trabalho para uma nova era colaborativa**. (dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FRANCE PRESSE. Uber lança serviço de carros sem motorista nos Estados Unidos. **Portal G1**. Endereço eletrônico: <https://tecnoblog.net/228386/uber-um-bilhao-carros-autonomos/>, acesso em 07.07.2018.

HAGIU, Andrei. **Work 3.0: Redefining Jobs and Companies in the Uber Age**. Working Knowledge, Harvard Business School. Disponível em: <http://hbswk.hbs.edu/item/work-3-0-redefining-jobs-and-companies-in-the-uberage?utm_content=buffera539c&utm_medium=social&utm_source=linkedin.com&utm_campaign=buffer>. Acesso em 26.08.2016.

GAIA, Fausto Siqueira. **Uberização do trabalho: aspectos da subordinação jurídica disruptiva**. São Paulo: Lumen Iuris, 2019.

GAUTHIER, Gustavo. **Impacto de las nuevas tecnologías en el mundo del trabajo**. [s.l.]: [s.n.], 2016, tradução nossa. Disponível em: <https://adriantodoli.com/wp-content/uploads/2016/10/impacto-de-las-nuevas-tecnologias-en-el-mundo-del-trabajo.pdf>. Acesso em 01.05.2020.

HILL, Steven. **Raw Deal: How the "Uber Economy" and Runaway Capitalism Are Screwing American Workers**. Martin's Press, 2015.

HARRIS, Seth D.; KRUEGER, Alan B. **"The Gig Economy: How to Modernize the Rules of Work to Fit the Times"**. Disponível em: <https://www.milkenreview.org/articles/the-gig-economy>. Publicado em 02 de maio de 2016. Acesso em 12.09.2019.

HARRIS, Seth D.; KRUGER, Alan B. **A Proposal for Modernizing Labor Laws for Twenty-First-Century Work: The “Independent Worker”**. Brookings, 2015.

HOWE, Jeff. **Crowdsourcing: How the Power of the Crowd is Driving the Future of Business**. Editora Random House Business, 2009. Edição do Kindle.

_____. **The Rise of Crowdsourcing**. In: Wired Magazine, 01.06.2006. Endereço eletrônico: <https://www.wired.com/2006/06/crowds/>. Acesso em 04.05.2020.

ISAAC, Mike Isaac. MERCED, Michael J. Uber Turns to Saudi Arabia for \$3.5 Billion Cash Infusion. **The New York Times**. Endereço eletrônico: http://www.nytimes.com/2016/06/02/technology/uber-investment-saudi-arabia.html?_r=0. Acesso em 01.09.2016.

JACONI, Mike. The 'On-Demand Economy' Is Revolutionizing Consumer Behavior — Here's How. **Business Insider**. Endereço eletrônico: <http://www.businessinsider.com/the-on-demand-economy-2014-7>. Acesso em: 26.08.2016.

KRAMER, Bryan. **Shareology: How Sharing is Powering the Human Economy**. Morgan James Publishing, 2015.

KRAMER, Josiane Caldas. **A economia compartilhada e a uberização do trabalho: utopias do nosso tempo?** (dissertação de mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

LEME, Carolina Reis Paes. RODRIGUES, Bruno Alves. CHAVES JUNIOR, José Eduardo Resende. (Coord.) **Tecnologias Disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017.

LEME, Ana Carolina Reis Paes. **Da máquina à nuvem: caminhos para o acesso à justiça pela via de direitos dos motoristas da Uber**. São Paulo: LTr, 2019.

LOJKINE, Jean. **A Revolução Informacional**. Tradução de José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1995. P. 80.

MAGANO, Octavio Bueno. **Do poder diretivo na empresa**. São Paulo: Saraiva, 1982.

MALLET, Estêvão. **Direito, trabalho e processo em transformação**. São Paulo: LTr, 2005.

_____. A subordinação como elemento do contrato de trabalho. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 106/107, p. 218, jan/dez, 2011/2012. Endereço eletrônico: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67944>. Acesso em 01.07.2018.

_____. Apontamentos sobre a competência da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 45. In: **Direito, Trabalho e Processo em Transformação**. São Paulo, LTR, 2005.

_____. Direito e Internet. “Trabalho, Tecnologia e Subordinação: Reflexões sobre a Lei 12.551”. **Revista do Advogado AASP**, n. 115, p. 44, Abril/2012.

_____. **Igualdade e Discriminação em Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2013.

_____. O novo Código Civil e o Direito do Trabalho. In **O impacto do novo Código Civil no Direito do Trabalho**, Coordenadores José Afonso Dellagrave Neto e Luiz Eduardo Gunther. São Paulo: LTr, 2003.

MENDES, Francisco Schertel; CEROY, Frederico Meinberg. **Economia compartilhada e a Política Nacional de Mobilidade Urbana: uma proposta de marco legal**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Novembro 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td185>. Acesso em 01.07.2018.

MIRANDA, Maylton Rodrigues. **Eficácia horizontal dos direitos fundamentais: teoria da eficácia direta e sua aplicação ao contrato de emprego**. Endereço eletrônico: <https://jus.com.br/artigos/37046/eficacia-horizontal-dos-direitos-fundamentais-teoria-da-eficacia-direta-e-sua-aplicacao-ao-contrato-de-emprego>. Acesso em 15.05.2020.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**. Rio de Janeiro, Borsoi, 1970.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Iniciação ao direito do trabalho**. 32. ed. São Paulo: LTr, 2006.

_____. **Ordenamento Jurídico Trabalhista**. São Paulo: LTr, 2013.

OITAVEN, Juliana Carreiro Corbal; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CASAGRANDE, Cássio Luís. **Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018. Endereço eletrônico: https://csb.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CONAFRET_WEB-compressed.pdf. Acesso em 20.01.2020.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. **Subordinação Jurídica: Um Conceito Desbotado**. Revista de Direito do Trabalho, São Paulo, SP, v. 126, p. 107-138, abr-jun. 2007. *Apud*: PAVIONE, Lucas Santos. **A parassubordinação no direito do trabalho: perspectivas de uma releitura da subordinação no direito brasileiro**. Endereço eletrônico: <https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/191>. Acesso em 07.07.2018.

OLIVON, Beatriz. Placar na Justiça do Trabalho é favorável às empresas de aplicativo. **Jornal Valor Econômico**. São Paulo, 24 de julho de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Constituição da OIT (1919).

_____. 2015. **Governing Body, 323rd Session (Geneva, 12–27 March), Conclusions of the Meeting of Experts on Non-Standard Forms of Employment** (Geneva, ILO). Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_354090.pdf. Acesso em 20.08.2016.

_____. 2015. **Non-standard forms of employment, Report for discussion at the Meeting of Experts on Non-Standard Forms of Employment** (Geneva, 16–19 February), Geneva.

_____. 2013. **Regulating the Employment Relationship in Europe**. A Guide to Recommendation 198, Geneva

_____. Comissão mundial sobre o futuro do trabalho. **Trabalhar para um futuro melhor**, 2019. Endereço eletrônico: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_677383.pdf. Acesso em 28.04.2020.

_____. Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores (nº 155). 1981.

_____. Transição da economia informal para a economia formal. P. 29. Endereço eletrônico: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_664887.pdf. Acesso em 30.04.2020. A edição original desta obra foi publicada pelo Bureau Internacional do Trabalho em Genebra, com o título *Transitioning from the informal to the formal economy*. ISBN 978-92-2-127754-5 (versão impressa).

PAYÃO, Felipe. Foxconn diz que vai substituir 80% dos funcionários por robôs em 5 anos. **Tech Mundo**. Endereço eletrônico: <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/131578-foxconn-diz-substituir-80-funcionarios-robos-5-anos.htm>. Acesso em 01.07.2018.

PIOVESAN, Flávia; VAZ DE CARVALHO, Luciana Paula - coordenadoras. **Direitos humanos e Direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2010.

PISTONO, Federico. **Os robôs vão roubar seu trabalho, mas tudo bem: como sobreviver ao colapso econômico e ser feliz**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2017.

PIRES, Elisa Guimarães Brandão Pires. **Aplicativos de transporte e o controle por algoritmos: repensando o pressuposto da subordinação jurídica**. (dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019

PLÁ RODRIGUES, Americo. **Princípios do Direito do Trabalho**. Tradução Wagner G. Giglio. 4ª Tiragem. São Paulo: Editora LTR, 1999.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. 1ª Edição. 1ª Reimpressão. São Paulo; Boitempo, 2002.

PORTO, Lorena Vasconcelos. **A subordinação no contrato de trabalho: uma releitura necessária**. São Paulo, LTr, 2009.

PRASSL, Jeremias. RISAK, Martin. **Uber, Taskrabbit, & Co: Platforms as Employers? Rethinking the Legal Analysis of Crowdwork**. Comparative Labor Law & Policy Journal, Forthcoming; Oxford Legal Studies Research Paper No. 8/2016. 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2733003>>. Acesso em 20.08.2016.

PRASSL, Jeremias. **Human as a service: The promise and Perils of the Work in the Gig Economy**. Oxford University Press, 2018. Edição do Kindle.

PRESS ASSOCIATION. Computer simulating 13-year-old boy becomes first to pass Turing test. **The Guardian**. Endereço eletrônico: <https://www.theguardian.com/technology/2014/jun/08/super-computer-simulates-13-year-old-boy-passes-turing-test>. Acesso em 14.07.2018.

REIS, Daniela Muradas. **Contributo ao direito internacional do trabalho: a reserva implícita ao retrocesso sociojurídico do trabalhador nas convenções da Organização Internacional do Trabalho**. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RISAK M.; Warter, J. 2015. **Legal strategies towards fair conditions in the virtual sweatshop**, Paper presented at the IV Regulating for Decent Work Conference (ILO, Geneva, 8-10 July). Disponível em: <<http://www.rdw2015.org/download>>. Acesso em 20.08.2016.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

_____. **The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism**. New York: Palgrave Macmillian, 2014.

ROMITA, Arion Sayão. **A subordinação no contrato de trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 80 e ss.

ROSENBLAT, Alex. **Uberland: how algorithms are rewriting the rules of work**. University of California Press, 2018. Edição do Kindle.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a New Common Sense**. Est Kilbride: Butterworths, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SCHIAVI, Mauro. **O alcance da expressão "relação de trabalho" e a competência da Justiça do Trabalho um ano após a promulgação da EC n. 45/04**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, Porto Alegre, RS, v. 72, n. 1, p. 36-59, jan./abr. 2006.

SCHWELLNUS, Cyrille; GEVA, Assaf; PAK, Mathilde e VEIEL, Rafael. **Gig economy platforms: boon or bane?** Economics Department Working Papers Nº 1550. OCDE. P. 8.. Endereço eletrônico: [https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=ECO/WKP\(2019\)19&docLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=ECO/WKP(2019)19&docLanguage=En). Acesso em 04.05.2020.

SIGNES, Adrian Todolí. **O Mercado de Trabalho no Século XXI: on-demand economy, crowdsourcing e outras formas de descentralização produtiva que atomizam o mercado de trabalho**. In: LEME, Carolina Reis Paes. RODRIGUES, Bruno Alves. CHAVES JUNIOR, José Eduardo Resende. (Coord.) **Tecnologias Disruptivas e a exploração do trabalho humano**. São Paulo: LTr, 2017.

SILBERMAN, M. Six. IRANI, Lilly. **Operating an Employer Reputation System: Lessons from Turkopticon**, 2008-2015. *Comparative Labor Law & Policy Journal*, Forthcoming. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2729498>>. Acesso em 20.08.2016.

SILVA, Antônio Alvares da. **Co-gestão no estabelecimento e na empresa**. Imprensa: São Paulo, LTr, 1991.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de Direito do Trabalho Aplicado. Parte Geral**. v. 1. 3. ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Curso de Direito do Trabalho Aplicado. Parte Geral**. v. 1. 3. ed. Rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Comentários à Reforma Trabalhista**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 35ª ed. rev. e atual., São Paulo: Elsevier, 2011.

SILVA, Otavio Pinto e. **Subordinação, Autonomia e Parassubordinação nas Relações de Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizante**. Editora Elefante, 2017. Edição do Kindle.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. **A supersubordinação: invertendo a lógica do jogo**. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, MG, v. 48, n. 78, p. 157-193, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12178/74045>>.

_____. **O Direito do Trabalho como Instrumento de Justiça Social**. São Paulo: LTr, 2000.

SOUTO, Ricardo Petrucci. COSTA, José Ricardo. **A caracterização do vínculo empregatício do representante comercial**. *Justiça do Trabalho*. [S.l.], v.23,n.273. 2006.

STEFANO, Valerio de. **“Beyond “casual work”: Old and new forms or casualization in developing and developed countries and what to do about it,”** presentation at the IV Regulating for Decent Work Conference, ILO, Geneva, 8-10 July 2015, Disponível em: <<http://www.rdw2015.org/download>>. Acesso em 20.08.2016.

_____. **The rise of the «just-in-time workforce»: On-demand work, crowdwork and labour protection in the «gig-economy»**. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf>. Acesso em 10.08.2016.

STEINMETZ, Katy. How Tech Insider Chamath Palihapitiya Wants to Disrupt Silicon Valley. **Time Magazine**. Endereço eletrônico: <http://time.com/4169532/sharing-economy-poll/>. Acesso em: 26.08.2016.

STEPHANY, A. **The Business of Sharing: Making it in the New Sharing Economy**. Palgrave Macmillan, 2015

STRECK, Lênio Luiz. **STJ erra ao permitir penhora de salário contra expressa vedação legal**. Endereço eletrônico: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-04/senso-incomum-stj-erra-permitir-penhora-salario-expressa-vedacao-legal..> Acesso em 28.05.2018.

SUPIOT, Alan. **Beyond Employment: changes of work and the future of labor law in Europe**. Oxford, Oxford University Press, 2001, 245 pp.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT: Constituição da OIT, convenções ratificadas pelo Brasil**. São Paulo; Ltr, c 1994 573p

_____. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: Renovar, 2002.

SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão**. Tradução André Botelho. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018

TIPPET, Elizabeth Chika. **Employee Classification in the Sharing Economy**. Cambridge Handbook of Law and Regulation of the Sharing Economy, Cambridge University Press, 2018. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3009943>. Acesso em 30.04.2020.

_____. **Using Contract Terms to Detect Underlying Litigation Risk: An Initial Proof of Concept**, 20 LEWIS & CLARK L. REV. 548, 560-562 (2016). Uberworld. **The Economist**. Endereço eletrônico: <http://www.economist.com/news/leaders/21706258-worlds-most-valuable-startup-leading-race-transform-future>>. Acesso em 01.09.2016.

VALENTINI, Rômulo Soares. **Julgamento por computadores? As novas possibilidades da juscibernética no Século XXI e suas implicações para o futuro do direito e do trabalho para os juristas** (tese de doutorado). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. P. 17.

VIANA, Marcio Tulio. **A proteção social do trabalhador no mundo globalizado**. Revista LTr, São Paulo, Outubro 1999.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. **Relação de Emprego Estrutura Legal e Supostos**. 2ª Edição. São Paulo: Editora LTr, 1999.